

Acta nº1/2002

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dois, pelas nove horas, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
- 2 – Regimento;
- 3 – XIII Congresso da ANMP - Eleição do Representante das Juntas de Freguesia;
- 4 – Conselho Cinegético Municipal – Eleição do Representante;
- 5 – Proposta de Alteração de estatutos da Associação de Municípios do Vale do Cávado;
- 6 - Proposta de Delegação de Competências nas Freguesias:
 - a) Protocolo de Delegação de Competências;
 - b) Protocolo de Execução.
- 7 – Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros - Transportes em Táxi – do Município de Montalegre;
- 8 – Caminho Agrícola de Ladrugães, Reigoso e Sacuzelo – Administração Directa;
- 9 – Designação de um membro da Assembleia Municipal para fazer parte da Assembleia Distrital.

Registando-se quorum, estiveram presentes sessenta e sete membros. Não compareceram à chamada os senhores Manuel António Silva Carvalho, Luis Sanches Álvares Pereira e Paulo Jorge Dias Barroso. Esteve presente o Senhor Domingos José Pereira Lopes em substituição do Senhor Presidente da Junta de Cabril, Pedro Nuno da Cruz Giesteira.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

Devido à ausência do Primeiro Secretário, o Senhor Presidente da Assembleia chamou, para completar a constituição da Mesa, o deputado António Bernardes Fidalgo.

Informou que o deputado Lourenço Afonso renunciou ao mandato, sendo substituído pela deputada Ana Maria Lima Gonçalves Carvalho.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu o agendamento do ponto nove, designação de um membro da Assembleia Municipal para fazer parte da Assembleia Distrital, o que foi aprovado por unanimidade.

Foi posta a discussão e votação a acta nº 5/2001. Não houve inscrições. A acta foi aprovada por maioria, com quinze abstenções.

A acta de Instalação da Assembleia foi posta a discussão, tendo o deputado António Cascais feito o seguinte reparo: “Deduz-se do último parágrafo da acta que ficou só a intenção da criação de uma comissão para a elaboração do Regimento, o que não é verdade pois foi apresentada uma proposta, pelo deputado Joaquim Pires, para que a

Comissão fosse constituída por cinco pessoas para, em conjunto, discutirem as alterações ao Regimento.”

A acta de Instalação da Assembleia foi aprovada por maioria, com duas abstenções.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Acácio Gonçalves, Domingos Vasconcelos, António Ferreira, Luis Carril, Ricardo Moura, José Coelho, Fernando Calvão, Paulo Cruz, José Rodrigues, Manuel Oliveira e Silva, Duarte Soutinho, José Manuel Carvalho, Silvino Flores e António Fidalgo.

O deputado António Cascais leu o seguinte documento, que entregou à Mesa:

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Sr. Presidente da Câmara
Sr.s Deputados Municipais

Apesar de os órgãos autárquicos se encontrarem ainda em período inicial de mandato e o Sr. Presidente da Câmara estar, porventura, a fazer uma avaliação ao modo como pretende corrigir a sua conduta que, segundo referiu no discurso de tomada de posse, terá de ser repensada com vista a um melhor merecimento eleitoral, pretendo hoje fazer algumas reflexões com a sincera intenção de alertar o poder para corrigir formas de actuação que resultem num maior aproveitamento dos recursos públicos.

Desapaixonados agora de uma disputa eleitoral, cujos resultados trouxeram tão moderada alegria aos vencedores quão moderada tristeza aos vencidos, pretendemos aproveitar esta primeira sessão da Assembleia Municipal para saudar todos aqueles que na sua autarquia (Assembleia Municipal, Câmaras e Juntas de Freguesia) obtiveram o maior apoio popular e desejar-lhes uma actuação à altura da satisfação das necessidades das populações.

O frenesim da campanha, a ânsia da vitória ou a pressão dos correligionários levaram à realização de obras avulsas, improvisadas ou de duração precária. Alguns rompimentos nos baldios eram desnecessários e outros tomaram até a forma de destruição do próprio baldio.

A estrada para o Rio carrega consigo a saga dos buracos que reclamam reparações constantes. No Outono de 1997 foi apressadamente lançado um tapete asfáltico, para na campanha eleitoral seguinte de 2001 ter novamente de ser intervencionada e os buracos continuarem a aparecer diariamente. Para além do incómodo para os seus utilizadores, é evidente o desperdício de dinheiros públicos. Aproveito para denunciar o desleixo da Câmara que ainda não resolveu o encaixe do caminho do Mouro com esta estrada, vendo-se os agricultores de Sezelhe e Travassos do Rio privados do acesso às suas propriedades daquela zona, há mais de cinco anos.

A fiscalização das obras que vêm sendo feitas nas ruas da Vila de Montalegre merece mais alguns cuidados por parte da autarquia, de forma a que a beleza inicial se não

transforme em cruel aspecto de degradação. Na zona do Pelourinho as lages da via pública estão a partir cada dia que passa e nas ruas com calçada à portuguesa ou em cubos as cedências e levantamentos de piso notam-se ainda com as obras mal acabadas.

Sr. Presidente da Câmara, quem conhece o estado lastimoso em que é feita a captação de água para o abastecimento público na aldeia da Cela, não pode deixar de ter vergonha de pertencer a uma sociedade da civilização europeia e ver gente a ser abastecida com captações a céu aberto, expostas aos dejectos e lixos que por ali possam inundar as nascentes. Fiquei chocado quando vi a forma como aquela aldeia é servida de uma água que a natureza lhe oferece tão pura e o desleixo do homem pode permitir a sua contaminação. Por isso, não ficaria tranquilo com a minha consciência se aqui não apelasse aos seus superiores sentimentos humanos para resolver uma necessidade tão elementar daquela população.

Montalegre, 27 de Fevereiro de 2002 Assina, António Cascais”

O deputado Acácio Gonçalves disse que, no dia 25 de Junho, tinha apresentado um protesto à mesa sobre os critérios que a Câmara tem para com a oposição . Referiu que a Lei 24/98 de 26 de Maio é explícita quanto ao estatuto de oposição e a Câmara de Montalegre está constantemente a violá-la. Disse que o seu partido não é chamado para cerimónias oficiais, nem para lugares políticos, nomeadamente na empresa municipal que recentemente foi criada e para a qual foram nomeados três vereadores, o que não lhe parece honesto, e um administrador que deveria ser da área de Montalegre. Actualmente vê o Senhor Abel Afonso, que é o braço direito do Engº Justo, e o Senhor David Teixeira no Conselho de Administração da Barrosana, com uma aprovação por unanimidade, o que não é nada de estranhar porque para o PSD se eles estiverem bem os outros que se lixem. Falou também do Matadouro e disse que a Câmara devia passar uma procuração ao Engº Justo para que este represente a Câmara em tudo. Finalizou, pedindo explicações sobre as obras do Castelo.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que em Sidrós há um caminho em direcção à albufeira que está numa vergonha. O dinheiro que a Câmara gastou para arranjar um caminho, que só serve um agricultor, podia ter sido gasto naquele, já que serve várias pessoas. Lamentou que o Presidente da Câmara não passasse por lá num dia de chuva e visse que em pleno século XXI é uma vergonha existirem caminhos como aquele. Referiu que durante um debate na rádio, durante a campanha eleitoral para as autárquicas, uma senhora de Ferral interveio no sentido de acusar a Câmara de esbanjamento e os seus funcionários abandonarem o material. No dia seguinte, os funcionários da Câmara foram buscar dezassete sacos de cimento que tinham sido abandonados e estavam todos estragados.

O deputado António Ferreira iniciou a sua intervenção, saudando todos os elementos que compõem a Assembleia Municipal, especialmente os que aqui estão pela primeira vez. Partilha de alguns desagradados manifestados de algumas obras da urbanização e tem a garantia por parte de quem está a fazer as obras de que as anomalias vão ser reparadas. No entanto, considera que os reparos são bem aceites. Sobre o debate da rádio disse que só o Sr. Bonifácio da Venda Nova é que se identificou como sendo militante do PS, os outros não e não sabe o porquê, mas talvez por medo porque querem atirar as pedras e esconder as mãos. Terminou, pedindo ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal

que continuasse como no mandato anterior e que usasse o seu poder para manter a ordem.

O deputado Luis Carril disse que gostaria de saber se as pavimentações que se fizeram antes do período eleitoral vão ser refeitas ou não. Felicitou o actual Executivo, em especial o seu colega e vizinho, Prof^o Orlando Alves. Referindo-se à Casa do Capitão, disse que a obra tinha arrancado e, ainda no início, terminou. Perguntou qual o ponto da situação desta obra. Perguntou ainda qual é o tempo de resposta da Assembleia aos requerimentos apresentados pelos deputados. Sobre o debate da rádio, disse que esse assunto nem devia ter sido trazido à Assembleia porque ele próprio quis intervir e não lhe foi dada essa possibilidade. Pediu a uma pessoa que ligasse para a rádio e se identificasse com um nome falso e a chamada foi logo para o ar. Referiu-se à estrada de Beçós, que está a ser arranjada, e as obras são suportadas pela população de Beçós. Não fica bem à Câmara exigir o pagamento à população, pensa que não é a melhor solução, não é o mais transparente, não é o mais honesto, nem o mais legal. O pagamento ao empreiteiro, por parte da população, pode suscitar as mais variadas opiniões.

O deputado Ricardo Moura disse que se sentia muito bem por fazer parte da Assembleia Municipal, sem interregno, como acontece com outros colegas. Deu os parabéns à Mesa e ao partido ganhador nas eleições autárquicas que, felizmente, continua à frente dos destinos da Câmara. Disse ainda que o deputado Domingos Vasconcelos dizia várias vezes na Assembleia que o acto eleitoral estava a aproximar-se e que as pessoas iriam votar e os resultados iriam ser favoráveis ao PSD. Os resultados estão à vista, apesar de o PSD ter subido um bocadinho na área do deputado Domingos Vasconcelos. Perguntou ao deputado António Cascais, se ele estivesse no lugar do Presidente da Câmara, se não faria também obras à pressa. Todos têm de reconhecer que esta Câmara fez muita obra no concelho.

O deputado José Coelho perguntou se o Bairro do Trabalhador dos Pisões tinha sido vendido a um empreiteiro de Braga. Considera que, se isso for verdade, se vai ter ali um problema social e pensa que a Câmara devia intervir, tal como fez na Borralha. Perguntou ainda em que ponto está a construção do jardim infantil de Pisões. O actual alberga vinte e sete crianças e não tem condições nenhuma.

O deputado Fernando Calvão pediu explicações sobre a marcação da Assembleia porque pensa que a meio da semana constitui um estorvo para todos. Perguntou se havia algum motivo especial para se ter realizado a uma quarta-feira. Sobre a rede viária, disse que se gasta muito dinheiro e o resultado nem sempre é o melhor. Referindo-se à estrada da Fronteira e à marginal do Cávado, disse que era dinheiro mal gasto. Falou da preocupação de alguns pais e utentes do pavilhão gimnodesportivo que foi, extemporaneamente, deitado abaixo. Verifica que a escola continua no mesmo local e as crianças não têm acesso ao desporto. Pediu explicações sobre a obra do Parque de Exposições que irá custar aos cofres da Autarquia cerca de 2,4 milhões de contos.

O deputado Paulo Cruz sugeriu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que se associasse à manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Américo Canedo que foi um homem muito importante para o concelho de Montalegre e que permitiu que, de alguma forma muitas das pessoas ocupassem cargos importantes como, por exemplo, dirigir os destinos do concelho de Montalegre e outros que estão espalhados pelo país. Sobre os telefonemas feitos para a rádio durante o debate da campanha autárquica,

pensa que é muito mais grave as pessoas terem-se identificado com nomes de pessoas já falecidas.

O deputado José Rodrigues disse que era um adepto confesso da Feira do Fumeiro, assim como de outras iniciativas similares. Sobre o volume de negócios esperados, ouviu falar em quinhentos mil contos, depois setecentos mil e ainda de um milhão de contos. Não lhe parece que esta situação dê credibilidade à feira, nem que os números que apresentaram estejam correctos. A partir destes números o deputado disse que fez as suas contas e concluiu que, tirando 100 mil contos para vinho e outros gastos, caberia 650 contos por cada animal, o que é um absurdo, no seu entender. Referindo-se ao cartaz da Feira, disse que não é apelativo e não é digno da Feira do Fumeiro de Montalegre. Sobre a valorização económica da Feira, disse que não lhe parece racional que se faça uma Feira do Fumeiro em Montalegre, Boticas, Chaves e Vinhais, mas associá-las seria mexer num saco de gatos já que a Feira do Fumeiro é uma festa e traz muita gente e os Presidentes da Câmara não devem querer abdicar de uma importante bandeira eleitoral. Era bom que houvesse junção.

O deputado Oliveira e Silva disse que o PS de Montalegre um dia sonhou, arranhou liderança forte, organizou-se e lançou-se, está no poder há duas décadas. O PSD também sonha mas, o seu sonho parece-lhe como o do sapateiro de Trancoso que sonhou que estava a sonhar. Os reis do PSD têm sido muito fracos, mais fracos que os das cartas de jogar.

O deputado Duarte Soutinho disse que o concelho possui património paisagístico, cultural e histórico importante, como os baldios. Referiu que o PDM foi elaborado com o objectivo de desenvolver o concelho e definir regras de ocupação do solo. Devido a erros de cartografia, a elaboração desse documento, para o concelho de Montalegre, acarretou um prejuízo de 200 hectares de terreno na aldeia de Pereira. A actual carta não possui o verdadeiro limite do concelho. Existia uma marcação muito antiga que não foi tida em conta. Disse ainda que compreende todos os erros cometidos, só não compreende a falta de vontade política por parte da Câmara, nomeadamente do seu vereador Orlando Alves, para resolver este problema. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara vontade política para resolver o problema, que não é só da aldeia de Pereira, mas sim de todo o concelho.

O deputado José Manuel Carvalho agradeceu o apoio que dois médicos estão a dar à população da freguesia de Salto. Pediu ao Senhor Director do Centro de Saúde que disponibilizasse mais um médico porque o tempo que é dispensado pelos dois médicos é insuficiente.

O deputado Silvino Flores, Presidente da Junta da Freguesia de Serraquinhos, pediu a sinalização urgente para a estrada Meixedo/Serraquinhos porque o piso foi melhorado e convida a altas velocidades.

O deputado António Fidalgo sugeriu ao Presidente da Junta da Freguesia de Cervos que se informasse junto do colega de bancada, Duarte Soutinho, sobre a Lei dos Baldios. Disse ainda que a Lei 27/96 de 01 de Agosto está a ser violada em Cervos porque ainda não têm orçamento, nem plano, e já estão a gastar dinheiro e que estão a fazer obras com máquinas de proprietários de Boticas. Perguntou se em Montalegre não há empresários com as mesmas máquinas, concluindo que, ao contratar um empreiteiro de

Boticas, já está a pagar os favores eleitorais. Pediu esclarecimentos ao Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Cervos acerca de um edital, no qual convocava a população em geral para a constituição das Assembleias de voto, perguntou-lhe se desconhecia a Lei que regula a constituição das Assembleias de voto.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu a algumas questões que lhe tinham sido colocadas e disse que o período de resposta às questões colocadas à Mesa da Assembleia é de 15 dias. Referiu que a Assembleia tinha sido realizada numa quarta-feira porque motivos profissionais não lhe permitiram realizá-la noutro dia. Disse ao deputado Paulo Cruz que a Mesa aceitou e reconheceu o voto de pesar que apresentou pelo falecimento do Dr. Américo Canêdo e que, se a Assembleia concordasse podia manifestar-se. Sobre a colocação de um médico em Salto, disse que se está a fazer um grande esforço. Pensa que aquilo que se está a fazer é suficiente, embora não seja o ideal porque a população não tem médico permanente todos os dias. Pode-se fazer um esforço ainda maior, mas há concelhos bem piores que o de Montalegre. Contudo, garantiu que, como Director do Centro de Saúde, iria pedir à Sub-Região de Saúde de Vila Real para disponibilizar um médico para a zona do Baixo Barroso.

O deputado António Cascais pediu a palavra para prestar alguns esclarecimentos e disse que o representante do PP abordou o caso do Conselho de Administração da Barrosana, que foi nomeado pela Câmara, e entendeu-se na altura que devia ser plural. Referiu que aceitou o cargo, mas foi substituído por outra pessoa da mesma área porque não está na política para criar atropelos. O Sr. Acácio Gonçalves fez uma apreciação que ele repudia e que ofendeu o Sr. Abel Afonso, que é digno e honesto, e reconhece-lhe a idoneidade moral, assim como ao Eng^o Justo, para que cada um exerça em pleno as suas funções. Ao deputado Oliveira e Silva disse que tinha humilhado o PSD e isso não se faz. Referiu ainda que há um compromisso entre o PSD e o PS para que não se façam grandes alterações à constituição das Mesas de Voto.

O deputado Acácio Gonçalves pediu a palavra para esclarecer que, na sua intervenção, não atentou contra a dignidade de ninguém. Apenas referiu que o Sr. Abel Afonso é o braço direito do Eng^o Justo e a prova disso é que já trabalhou na Cooperativa Agrícola e actualmente trabalha na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.

Sobre o Voto de Pesar apresentado pelo falecimento do Dr. Américo Canêdo, o deputado Francisco Surreira pediu a palavra para dizer que votava a favor, mas que estranhou uma vez que, quando foi a primeira vez que o Partido Socialista se preocupou com o Dr. Américo Canêdo porque quando foi preciso arranjar patrono para a Escola Secundária, não foi aceite o seu nome.

Depois dos esclarecimentos prestados, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder. Este, ao deputado Francisco Surreira, disse que não ficam bem as tricas que trouxe para a Assembleia. Disse ainda que o PS não recebe lições de moralidade do PSD, muito menos do Sr. Francisco Surreira porque quem atribuiu a medalha de ouro do concelho ao Dr. Américo Canêdo e à Dr^a Margarida foi a Câmara e o Partido Socialista, contra a vontade do PSD.

Ao deputado António Cascais disse que, sobre os resultados eleitorais e a “vitória moderada” de que falou, referiu que o PSD perdeu votos em 90% das mesas eleitorais e

que transparece no seu discurso a indigestão dos resultados. É que se há alguém que perdeu, para além do PSD, foi o Sr. Cascais porque o Eng^o Adelino teve mais sete votos que teve o Sr. Cascais quando este se candidatou à presidência da Câmara de Montalegre. Sobre a estrada do Rio, disse que esta é da responsabilidade da Junta Autónoma de Estradas e que é esse organismo que tem de fazer as obras e não a Câmara. Sobre a obra do Pelourinho, disse que não foi entregue, nem foi aceite pela Câmara. O empreiteiro tem de refazer a obra. E até parece que o Sr. Cascais só falou depois do empreiteiro iniciar os trabalhos de correcção impostos pela Câmara. Referiu ainda que esta obra não é a única. O Parque de Campismo de Penedones está nas mesmas condições. O empreiteiro quis entregá-lo à Câmara, mas esta não o aceitou porque havia algumas anomalias que tinham de ser rectificadas.

Ao deputado Acácio Gonçalves disse que a Câmara convida sempre o representante do PP no concelho para actos oficiais. Sobre a Barrosana, disse que ainda se está a constituir porque é necessária a credenciação na área da animação. Ainda não há uma actividade e não tem gestão partidária, nem política. O Conselho de Administração foi nomeado pela Câmara, mas estes lugares não são remunerados. Para o Matadouro, a Câmara indicou, como seu representante, o Sr. Abel que é vereador e pelas ligações que tem a essa instituição e porque outros não têm disponibilidade. Pensa que irá defender os interesses da Câmara com dignidade. Sobre as obras do castelo, disse que realmente estão atrasadas porque está em Montalegre uma equipa do IPPAR que não deixa que as obras avancem com a celeridade que todos gostávamos porque, permanentemente, mandam parar e alterar o projecto. Temos que respeitar estas decisões porque eles é que são os técnicos e o património histórico e cultural tem de ser respeitado para o bem de todos.

Ao deputado Domingos Vasconcelos disse que quem define os trabalhos e as prioridades são os eleitos locais e é com os Presidentes de Junta que o Presidente da Câmara trata para resolver os problemas das populações. A reclamação que o deputado traz permanentemente à Assembleia sobre o caminho de Sidrós às Barcas parece-lhe que tem interesses pessoais por trás. Referiu ainda que o Presidente da Câmara não entra nesses jogos.

Ao deputado Luis Carril disse que as obras na Casa do Capitão, em Salto, têm sido retardadas por variados motivos, mas a primeira fase está quase concluída. Sobre as ruas de Beçós, disse que a Câmara mandou pavimentar duas ruas. Não entende porque é que o Sr. Carril está tão chocado por p Conselho Directivo de Baldios ter decidido, e bem, empregar dinheiro numa terceira rua. Isto só prova que houve entendimento com as populações e que o dinheiro dos baldios foi aplicado no reforço do progresso da aldeia.

Ao deputado José Coelho disse que o Bairro do Trabalhador, nos Pisões, tinha sido vendido, mas que esse bairro não podia ser comparado com o da Borralha. As pessoas que moram lá estão por favor e nunca pagaram renda. Disse ainda que foi feita uma alteração ao PDM, de âmbito limitado, para urbanizar aquela área e que a EDP se comprometeu a respeitar os moradores. Sobre o jardim infantil dos Pisões, disse que está a ser elaborado o projecto, mas, se houver necessidade muito urgente, existe um jardim infantil a 7 km que tem óptimas condições, que é na Vila da Ponte.

Ao deputado Fernando Calvão disse que a estrada da Fronteira ía levar a segunda camada de tapete como estava previsto na empreitada e garantiu que a obra iria ficar

bem feita. Sobre a construção do Parque de Exposições, e demolição do pavilhão gimnodesportivo, disse que a Câmara estava a fazer o transporte das crianças para a Escola Secundária e para os Bombeiros para a prática de desporto. A obra não vai ficar em 2,4 milhões de contos mas sim em 1,7 milhões. Vai ser adjudicada e será a obra mais importante de todos os tempos do concelho. Referiu ainda que foi desmontado o pavilhão gimnodesportivo para não se fazer a Feira do Fumeiro porque aquele era pequeno e para se provar aquilo que de outra forma não era provado – que a Feira do Fumeiro noutra local como o PSD andava a badalar e destabilizar era um desastre para a vila.

Sobre a intervenção do deputado José Rodrigues, disse que já foram ditas muitas coisas e até se levantaram questões que puseram em causa a credibilidade da Feira do Fumeiro. Em relação aos números explicou que havia 60 toneladas de fumeiro e isso representa 200 mil contos e depois foi dito que, na globalidade, representa 500 mil contos de negócio na época do fumeiro e anualmente representa um milhão de contos pelo cartaz que a feira constitui, pelo atractivo que ela representa e pelo negócio de âmbito turístico que terá que lhe ser atribuído. Em tom irónico, disse que a Feira está tão mal feita, tem um cartaz tão feio e são sempre enchentes! Referiu ainda que está muita gente a trabalhar com a Câmara, como a UTAD, e que a Câmara levou a Salamanca vários produtores de fumeiro para visitar fábricas de enchidos e está a ser dado apoio para a construção de cozinhas.

Ao deputado Duarte Soutinho disse que tinha criticado um assunto quando afinal ele devia ser o mais criticado. Esteve na Câmara, aquando da discussão do PDM, e não viu que as cartas militares não estavam de acordo com os limites florestais. Disse que os PDM's foram feitos com base nos mapas militares e quem quisesse aprender a delimitar as freguesias que perguntasse ao Dr. Araújo, que foi ele quem resolveu os limites da aldeia de Fafião com a Eremida. Disse ainda que os PDM's, em termos de limites, não fazem lei, apenas ordenam o território. É lamentável colocar aqui esse problema quando o PDM esteve em discussão pública e ninguém de Salto chamou a atenção. É mais lamentável ainda porquanto a Câmara já assumiu despesas jurídicas e está, como lhe cabe empenhada em defender, solidariamente com a população de Pereira, os seus limites. É preciso dizer que tudo isto surgiu apenas quando nos deparamos com interesses e negociatas de pedreiras.

Ao Deputado Silvino Flores, Presidente da Junta de Freguesia de Serraquinhos, disse que a sinalização da estrada de Meixedo a Serraquinhos está a ser pensada e irá ser colocada.

Ao deputado António Fidalgo disse que a Câmara não tem interferência na constituição das Assembleias de Voto porque isso é da competência dos delegados dos partidos. Referiu que houve troca de impressões para que as mesas de voto fossem constituídas pelas mesmas pessoas, para que não tenha que andar sempre gente nova a aprender.

O Senhor Presidente da Assembleia propôs à Assembleia Municipal um Voto de Pesar pelo falecimento da mulher do Primeiro Secretário da Mesa, Maria Fernanda Fidalgo dos Santos, o qual foi aprovado por unanimidade.

Foi também posto à consideração dos deputados o Voto de Pesar, apresentado pelo deputado Paulo Cruz, pelo falecimento do Dr. Américo José Canêdo, o qual foi aprovado por unanimidade.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados Domingos Vasconcelos, Luis Carril, Duarte Soutinho e José Rodrigues.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que a má fé do Presidente da Câmara está à vista pela sua intervenção. Disse que não está em causa o relacionamento que tem com o Presidente da Junta de Freguesia de Ferral porque já foi visitar o caminho mais que uma vez e nunca lhe sentiu falta de vontade para arranjar o caminho. Disse ainda que se há interesses não são dele. Há um poste que foi derrubado pelos funcionários da Câmara há mais de dois anos e ainda está por arranjar. Referiu ainda que o Senhor Presidente da Câmara estava a ser vingativo porque na aldeia de Sidrós o Partido Socialista sempre ganhou as eleições e nas últimas autárquicas perdeu.

O deputado Luis Carril disse que a Comissão de Comparte da aldeia de Beçós não seria ela a pagar a estrada toda; se houve negociação, cada parte assumiu a sua responsabilidade. Referindo-se ao Bairro do Trabalhador dos Pisões, e pelo discurso do senhor Presidente da Câmara, parece-lhe que no concelho há barrosões de primeira e de segunda, nomeadamente os habitantes dos Pisões e da Borralha, porque há tratamentos diferentes.

O deputado Duarte Soutinho disse que o Presidente da Câmara afirmou que ele tinha andado em negociatas com pedreiras e isso é grave. Em relação ao PDM, disse que é vinculativo porque um advogado escreveu para a Câmara e disse que o PDM é vinculativo. Pediu que, para o bem da população de Pereira, o Senhor Presidente da Câmara deve proceder à alteração do PDM.

O Deputado José Rodrigues disse que a falta de honestidade intelectual do Presidente da Câmara é evidente. Disse que a sua intervenção em relação à Feira do Fumeiro vinha na sequência de ter visto na imprensa escrita que a Feira do Fumeiro de Vinhais era a maior do país e manifestou na Assembleia Municipal essa preocupação, onde pensa ser o local apropriado para o fazer.

Depois dos esclarecimentos prestados pelos deputados, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder.

Este, deputado Domingos Vasconcelos, disse que o caminho de que falou dá acesso a propriedades agrícolas privadas, assim como tantos outros. Irá ser intervencionado quando houver oportunidade.

Ao deputado Luis Carril disse que a Câmara pagará todo o tapete que foi aplicado em Beçós. O rompimento para os limites d concelho é da responsabilidade do Conselho Directivo.

Ao deputado José Rodrigues disse que aquilo que referiu na sua intervenção só revela toda a trapalhada que lhe vai na cabeça, como aliás, vem sendo costume nas suas intervenções.

Em relação à questão levantada pelo deputado Duarte Soutinho, o Vereador Orlando Alves prestou o seguinte esclarecimento à Assembleia: as gentes de Pereira transformaram a questão dos baldios, que não souberam defender, em questões políticas contra a Junta de Freguesia e contra a Câmara Municipal com alguma desonestidade intelectual à mistura porque são pessoas com formação académica que sabem que no governo anterior todas as Câmaras foram obrigadas a elaborar o PDM sob pena de não receberem apoios do II Quadro Comunitário de Apoio e por isso teve de ser feito à pressa. A única cartografia existente na altura era a militar e foi com base nessa cartografia que se fizeram todos os PDM's no país. As cartas militares definem os limites entre concelhos, distritos e freguesias. Mas, para além disto, há o direito consuetudinário, resultante da prática dos usos e costumes, que é respeitado em todo o país. Quem discutir este direito mete-se numa questão que nunca mais acaba e não vence. Referiu ainda que os pareceres que o Dr. Marques Mendes dá são dele e não fazem lei.

Terminadas as intervenções, o deputado Duarte Soutinho entregou à Mesa um mapa do perímetro florestal do concelho.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Actividade e Situação Financeira da autarquia

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o Relatório da Actividade e Situação Financeira da Autarquia do período que decorreu entre a última sessão da Assembleia Municipal até à presente data.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Acácio Gonçalves e Luis Carril.

O deputado António Cascais perguntou se na Câmara de Montalegre já está a funcionar o POCAL porque tem conhecimento que noutros municípios vizinhos já está em prática.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o Senhor Presidente da Câmara diz que a gerência de uma Câmara é como de uma empresa. Se assim fosse estava-se perante uma insolvência. Quando não há poder de uma empresa para solver as dívidas aos credores, está em insolvência e qualquer credor podia pedir os créditos e seria decretada falência. Neste período a Câmara era incapaz de solver as suas dívidas. Atendendo às contas apresentadas, é preciso ter atenção porque senão a Câmara não tem capacidade para pagar as dívidas.

O deputado Luis Carril disse que vê obras no documento como concluídas, como a estrada de Amiar e algumas obras em Caniçó, que estão por concluir.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara respondeu aos interpelantes e disse que já se fala de dívida há doze anos e nunca se confirma aquilo que a oposição diz. A dívida só pode ser comparada com a capacidade de pagamento. Por culpa do actual Governo, que não governa nada, como alguns dizem, em seis anos recebemos mais do dobro do FEF. Garantiu que a Câmara não deixaria de fazer obras só porque tem que pagar a parte que lhe cabe. Disse que é verdade que estavam a comprometer a Câmara, mas de forma responsável e racional, e que assumiu a dívida e até fazia conta

de a pagar. Disse ainda que na Câmara de Montalegre está a ser implementado o POCAL para entrar em vigor com o orçamento de 2002, como determina a Lei.

A Assembleia tomou conhecimento.

2. Regimento

O Senhor Presidente da Assembleia disse que o grupo de trabalho, que se tinha criado, nunca se juntou para discutir as alterações ao Regimento.

Inscreeveram-se para intervir os deputados António Cascais, António Ferreira, Acácio Gonçalves e Paulo Cruz.

O deputado António Cascais disse que o grupo de trabalho não reuniu por responsabilidade do Senhor Presidente da Assembleia porque, mesmo que estivesse indisponível, poderia ter nomeado outra pessoa para o substituir. Disse que não tinha elaborado nenhuma proposta para alterar o Regimento mas o que lhe foi enviado, juntamente com a correspondência é cópia fiel da Lei. Disse que este documento não lhe parece funcional e que deveria introduzir-se a lógica de funcionamento em grupo. Referiu que um minuto para esclarecimentos e protestos não é suficiente e que se dessem esse tempo ao Senhor Presidente da Câmara o Regimento era violado constantemente, tal é o entusiasmo com que responde às questões que lhe são colocadas. Disse ainda que, se houver discussão na especialidade, propõe as alterações que entender.

O deputado Acácio Gonçalves disse que neste Regimento foi preterido e que o PP ficava sem representatividade (Artigo 32º, ponto 4º). Sobre o tempo atribuído a cada membro, também lhe parece pouco e lamentou que o grupo de trabalho não tivesse reunido.

O deputado António Ferreira disse que concorda plenamente com o documento de trabalho. Transcreve do anterior o necessário e é complementado com a Lei 169/99. Em seu entender deve referenciar o não uso de telemóveis nas sessões e ainda a não marcação das sessões ao Sábado. Disse que o Regimento para a bancada do PS serve e se ao longo das sessões precisar de ser alterado num ou outro artigo propõem-se essas alterações.

O deputado Paulo Cruz perguntou se para a justificação das faltas o prazo dos cinco dias se refere a dias úteis ou seguidos e se forem seguidos e se o último dia calhar num feriado, fim de semana ou ponte, perguntou se passava para outro dia. Disse que o artigo 4º do regimento deve ser mais esclarecedor porque nem toda a gente tem acesso às restantes leis.

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu e disse que os cinco dias para justificação das faltas são seguidos. Disse ainda que os cinco membros da Comissão devem reunir e na próxima sessão será aprovado o Regimento. A Comissão é composta por: Manuel Carvalho, António Ferreira, António Cascais, Armando Duarte e Acácio Gonçalves.

Foi aceite que a Comissão, anteriormente designada para a apreciação do Regimento, apresentasse na próxima sessão deste órgão a redacção final deste documento.

3. XIII Congresso da ANMP – Eleição do representante das Juntas de Freguesia

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu este assunto.

Inscreveram-se para intervir os deputados Alberto Martins e Luis Carril.

O deputado Alberto Martins apresentou a seguinte proposta, em nome da bancada do PS: “A bancada do Partido Socialista propõe para representante ao XIII Congresso da A.N.M.P., o Sr. José Miranda Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Ferral. Assina, Alberto Martins Fernandes”

O deputado Luis Carril prescindiu da palavra.

Não houve intervenções sobre a proposta apresentada.

Deliberação: A proposta apresentada foi aprovada, por voto secreto, por maioria com doze abstenções.

4. Conselho Cinegético Municipal – Eleição do Representante

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu.

Inscreeu-se para intervir o deputado Alberto Martins que apresentou a seguinte proposta, em nome da bancada do PS: “A bancada do Partido Socialista apresenta para representante para o Conselho Cinegético Municipal o Sr. António Bernardes Fidalgo, membro desta Assembleia Municipal. Assina, Alberto Martins Fernandes”

Deliberação: A proposta foi aprovada, por voto secreto, por maioria, com dezoito abstenções.

5. Proposta de Alteração de Estatutos da associação de Municípios do Vale do Cávado

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia

Não houve inscrições.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

6. Proposta de Delegação de Competências nas Freguesias:

- a) **Protocolo de Delegação de Competências;**
- b) **Protocolo de Execução**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeu-se para intervir o deputado António Cascais e disse que com a abundância de pessoas que estão a trabalhar no gabinete do Senhor Presidente da Câmara têm que fazer

alguma coisa e então bombardeiam os deputados com uma série de leis e a justificação para várias coisas é sempre a mesma. Sobre a delegação de competências, espera que não constitua um veto para algumas juntas e que tudo se faça de acordo com as suas necessidades.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder que disse que se admira que se tenham levantado problemas a coisas que estão bem feitas porque quando se fazem bem criticam e quando se fazem coisas práticas dizem que é uma balda e que não há cuidado. Sobre o pessoal de apoio ao gabinete do Presidente e vereadores, disse que tinha sido bom que tivesse levantado essa questão porque assim teria a oportunidade de prestar alguns esclarecimentos. Disse que tinham entrado duas pessoas, não para fazer política, mas sim para trabalhar. Há Câmaras vizinhas bem mais pequenas que têm mais gente a trabalhar do que a Câmara de Montalegre. O PSD sabe muito bem que num destes lugares podia estar uma pessoa afecta a esse partido.

Deliberação: Os protocolos foram aprovados por unanimidade.

7. Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi – do Município de Montalegre

O Senhor Vereador Nuno Pereira informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado António Cascais que disse que não tem nada a opor porque o regulamento não se pode sobrepor à lei e que deve ser votado favoravelmente.

O Senhor Senhor Presidente da Câmara esclareceu que todas as aldeias reclamam uma praça de táxis que, muitas das vezes, não é rentável. O regulamento não define os contingentes, quem os define é a Câmara. Uma praça de táxis não pode ser entregue a qualquer pessoa porque muitas vezes atribui-se uma praça de táxi e os seus proprietários vão à Direcção Geral de Viação queixar-se de que a praça de táxi na aldeia não tem viabilidade económica e exigem outra noutra local.

Deliberação: O Regulamento foi aprovado por unanimidade.

8. Caminho Agrícola de Ladrugães, Reigoso e Sacuzelo – Administração Directa

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia. Referiu que a obra está no Plano de 2001. Que mandou elaborar o projecto e que custa 200 mil contos. Que a Câmara irá gastar muito menos por administração directa. Pede essa autorização, para realizar a obra pelos valores constantes no Plano.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Azevedo, Luis Carril e António Cascais.

O deputado António Azevedo perguntou qual a prioridade para o caminho rural Pisões a Loivos e para quando o arranjo da estrada de Pisões a Lamas que está em muito mau estado.

O deputado António Cascais disse que nada tinha a opor, mas parece-lhe que devia aparecer um valor como tecto para a realização da obra. A proposta está ferida de legalidade porque aquilo que deveria constar é que a Câmara está autorizada a fazer o caminho até ao valor de, seja ele qual for, porque quem sabe é o Senhor Presidente.

O deputado Luis Carril disse que não é contra as obras por administração directa. Agora fala-se na execução de um caminho agrícola e vai votar sem saber quanto vai custar, nem qual o tempo de execução. Disse ainda que acaba por ser um tiro para o ar.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara respondeu e disse que muitas vezes se fala por falar, devia haver mais ponderação. O caminho Pisões-Fervidelas é prioridade em relação a Fervidelas-Loivos e o caminho Ladrugães-Reigoso-Sacuzelo é prioritário em relação a Fervidelas-Loivos porque vai ligar duas freguesias.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados António Cascais e Luis Carril.

O deputado António Cascais disse que o que estava em causa não era o caminho mas sim porque a obra não apresenta um valor. Referiu ainda que não lhe interessa que o Presidente da Câmara tivesse posto 100 ou 200 mil contos e a única objecção era essa.

O deputado Luis Carril disse que lhe parece que o Senhor Presidente da Câmara anda a brincar às democracias e que se traz à Assembleia a realização de uma obra tem de apresentar o valor do seu custo.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que, na explicação do assunto, referiu que o valor do projecto é de 200 mil contos, mas que a Câmara não pode gastar esse dinheiro e por isso vai fazer por administração directa, com a verba que lhe está afectada no Plano. O PSD está atrapalhado é por saber que se vai fazer a obra e está a inventar desculpas. Disse ainda que o deputado António Cascais tem jeito para ser padre, mas pensa que só serve como sacristão.

O Senhor Presidente da Assembleia acrescentou que não é obrigatório estabelecer um plafond para este tipo de trabalhos.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com vinte e duas abstenções.

O deputado António Cascais apresentou a seguinte declaração de voto:

“A estrada de Sacuzelo/Currais/Reigoso/Ladrugães tem sido uma reivindicação justa das populações beneficiárias desta obra e tem sido objecto de promessas eleitorais nossas e do PS.

A razão da nossa abstenção prende-se com o facto de a proposta da Câmara não contemplar o limite até ao qual o Executivo Municipal é autorizado a efectuar despesas para concluir o referido caminho agrícola. Assina, António Cascais.”

9. Designação de um membro da Assembleia Municipal para fazer parte da Assembleia Distrital

O Senhor Presidente da Assembleia informou os presentes sobre este assunto.

O deputado Alberto Martins Fernandes apresentou a seguinte proposta:

“A bancada do Partido Socialista propõe para representante ao XIII Congresso da A.N.M.P., o Sr. José Miranda Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Ferral. Assina, Alberto Martins Fernandes.”

Não houve inscrições.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida em voz alta a minuta desta acta, que posta a consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão.

No prazo legal justificaram as faltas os senhores Manuel António Silva Carvalho, Pedro Nuno Cruz Giesteira, Paulo Jorge Dias Barroso e Luis Sanches Álvares Pereira.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário